

ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO ATRAVÉS DO ESTUDO DE PERCEPÇÃO NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FLORESTA NACIONAL DA RESTINGA DE CABEDELLO-PB

Galvani Terceiro Muribeca (*), Tânia Maria de Andrade, Mariana Carneiro de Andrade

*Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Câmpus João Pessoa, email: galvani.gtm@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar o perfil socioeconômico da Unidade de Conservação (UC), Floresta Nacional (Flona) Restinga de Cabedelo – PB enquanto uma das dimensões contempladas no estudo de percepção ambiental mais amplo que vem sendo realizado neste mesmo contexto. Adotou a revisão de literatura e o estudo de caso como percurso metodológico. Caracterizou-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, exploratória e descritiva. Buscou mapear a área de estudo e entorno, identificar os atores sociais institucionais interessados à pesquisa, adequar formulários e TCLEs aos identificados, observar suas rotinas, realizar a aplicação do instrumento de entrevista, traçar o perfil socioeconômico dos envolvidos. Em sua abordagem correlaciona as variáveis do perfil socioeconômico com a percepção ambiental e esta com a melhoria do processo de gestão da UC.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção ambiental, Perfil socioeconômico, Unidade de Conservação, Atores sociais.

INTRODUÇÃO

Parte-se do entendimento de que uma parcela da população mundial possui a noção de que uma quantidade estimada de recursos naturais é necessária para manter o estilo de vida de uma sociedade que vive em alto nível de conforto, e, portanto, a oferta desse conforto tem sido o comprometimento da qualidade ambiental do planeta. Seguindo esse pensamento, conciliar a produção de bens com a preservação ambiental é uma atitude fundamental a ser tomada em benefício das gerações presentes e futuras, que terão que pagar um alto preço para saldar a dívida ambiental e conseguir uma qualidade de vida aceitável (BRASIL, 2000).

As diferentes visões e posturas frente à problemática ambiental decorrem das diferentes maneiras de se compreender a questão ambiental. Diferenças nas posturas que são reveladoras de diferentes noções e interpretações sobre o meio ambiente. Nesse sentido, e à luz de Carvalho (2004), “é preciso reconhecer que o conceito “meio ambiente” diz respeito, em primeiro lugar, à relação homem, o meio físico e biótico e, em segundo, que é uma noção multicêntrica”. Isso porque, ela se aplica aos diferentes olhares, com diferentes escalas de espaço e tempo, em vários níveis de organização, entre outros aspectos.

Nesse contexto, ressalta-se que no final o século passado foi marcado pelos conflitos preservacionistas, socioambientalistas e pela corrida para implantações de UCs como forma de buscar preservar áreas naturais e seus recursos. No século XXI, a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos naturais se torna cada vez mais evidente e a reflexão sobre o estabelecimento (institucionalização) de áreas protegidas das ações humanas cada vez mais intensas.

Como tem sido ou vem se dando a elaboração desse processo? Que componentes ambientais e sociais tem sido relevantes para a definição dessas áreas? Pesquisas apontam para a importância da investigativa da percepção ambiental desde a década de 1970, ressaltada na proposição da UNESCO em 1973, através do programa “*Man and Biosphere*”, em cuja concepção, a análise das diferentes percepções ambientais dos diferentes atores é destacada como de grande relevância na construção de estratégias e ferramentas para a gestão ambiental.

O debate em torno da temática ambiental não é neutro e reflete, sobretudo, os interesses de grupos e atores sociais distintos. Nesta perspectiva, este artigo tem por objetivo analisar o perfil socioeconômico da Unidade de Conservação (UC), Floresta Nacional (Flona) Restinga de Cabedelo – PB enquanto uma das dimensões contempladas no estudo de percepção ambiental mais amplo que vem sendo realizado neste mesmo contexto, buscando-se com os resultados alcançados, gerar informações contributivas à gestão ambiental da UC em questão, a qual se enquadra na categoria de UC de uso sustentável.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, as definindo como: “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

A criação desse sistema trouxe a proposta de sistematizar as leis e regulamentos que tratam da criação de espaços protegidos. Ele divide as UCs em dois grupos com finalidades específicas: as de Proteção Integral, que tem como objetivo a preservação da natureza, com o mínimo de interferência humana, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais. Fazem parte desse grupo as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas a visitação pública só é permitida para fins educacionais.

No segundo grupo estão as UCs de Uso Sustentável, onde se busca compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Pertencem a esse grupo: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Nessas categorias é permitida a visitação pública condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração (BRASIL, 2000).

ATORES SOCIAIS

O ator é alguém que representa, que incorpora um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), apreende uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.

Neste contexto, uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser considerados atores sociais. Mas a idéia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas e etc. (Souza, 1991).

No artigo o grupo escolhido de atores sociais são pessoas, servidores institucionais que interagem direto ou indiretamente com a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo. Entende-se que a valorizar as narrativas dos entrevistados significa implementar, de forma inclusiva, as expressões destes atores como componente interpretativo do contexto local.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

As áreas protegidas formam uma complexa interface socioambiental impulsionando conflitos e interesses das mais variadas ordens. As relações que envolvem as UCs são carregadas de percepções distintas que regem os modos de comportamento, valores e atitudes com o meio. Os principais objetivos da criação das UCs é a gestão de seus recursos naturais renováveis ou não e a conservação da biodiversidade, que muitas vezes colidem com o interesse e a aceitação por parte de comunidades direta ou indiretamente interessadas ao acesso e uso destas áreas.

As unidades de conservação se revelam de maneira emblemática e conflituosa, refletindo a dicotomia entre a lógica dos povos do lugar e as perspectivas conservacionistas, preservacionistas às quais estão imersas. Emergem, desta complexidade, conflitos de diversas naturezas, entre elas, o não reconhecimento das práticas e costumes da população local. Ferreira (2005) ressalta a compreensão de que, “ao conceber o lugar (o espaço vivido por essas sociedades rústicas) como patrimônios de todos, as políticas ambientais excluíram por lei o direito de domínio sobre esses territórios”.

O estudo de Percepção Ambiental pode complementar, moldar e estruturar adequadamente a relação de interesses da população local e a UC. A percepção ambiental pode ser um caminho que aponte estratégias de ações, através da adoção de um modelo de gestão mais participativa onde se pode chegar a soluções de problemas em áreas de uso sustentável com atividades antrópicas acentuadas como é o caso da Flona da Restinga de Cabedelo, visto ser uma UC localizada em contexto urbano.

A Percepção Ambiental, é um instrumento que vem sendo utilizado para a melhoria da qualidade de vida humana e das diversas espécies que com ele interagem, podendo ser definida como uma tomada de consciência do ambiente no qual se esta inserida. Os indivíduos têm diversas percepções do meio do qual fazem parte e, dessa forma, têm diferentes prioridades em relação ao meio, ou seja, cada sujeito dá uma importância diferente para o que sente ao seu redor e reage de maneira coerente. É ótimo que seja assim, já que, se todos tivessem as mesmas percepções, brigariam pelos mesmos recursos e a convivência em sociedade seria impraticável (CORSON, 1993).

Segundo Soulé (1997), “Cada um de nós é uma lente exclusiva, fundamentada e polida por temperamento e educação. E nossas respostas à natureza – ao mundo – são tão diversas como nossas personalidades, embora cada um em momentos distintos possa ficar atônito, horrorizado, deslumbrado ou simplesmente entretido pela natureza”.

Como anteriormente mencionado a importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada pela UNESCO em 1973. Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes (COELHO, 2000).

Além disso, Percepção Ambiental em Unidades de Conservação é vital por entrar em consonância com os fins previstos da lei 9.985 de 18 de Julho de 2000 que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo alguns destes totalmente intrínsecos aos objetivos dessas unidades, o artigo 4º da mesma contempla:

- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

O conceito de Percepção Ambiental utilizado neste estudo foi estabelecido no MAB/UNESCO (1973) que a define como “uma tomada de consciência e a compreensão pelo homem do ambiente no sentido mais amplo, envolvendo bem mais que uma percepção sensorial individual, como a visão ou audição”. Portanto, por existir neste estudo a necessidade do conhecimento do ser humano como um agente social que influencia e é influenciado pela estrutura socioambiental, verifica-se a Percepção Ambiental uma forma de avaliar o discurso de pessoas, de maneira qualitativa, possibilitando traçar um perfil sobre as visões das populações que se relacionam de maneira mais íntima com Flona (SILVA et al, 2009) e assim entender a correlação entre o perfil socioeconômico, a percepção ambiental e a melhoria na gestão da UC em questão.

MATERIAIS E MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

A Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (PB), inserida e muito conhecida popularmente na região metropolitana de João Pessoa com a “Mata do AMEM”, devido à presença da Associação Metropolitana de Erradicação da Mendicância (AMEM). É enquadrada, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como uso sustentável. Localiza-se na planície litorânea da Paraíba, no km 11 as margens da BR 230, mais precisamente 7°3'47"S e 34°51'24"W (Figura 1), foi instituída pelo decreto lei S/N de 02 de junho de 2004, possui mais que 103,3 hectares, presente no bioma de Mata Atlântica apresentando ecossistemas de Mangue e tal sugere o próprio nome Restinga.

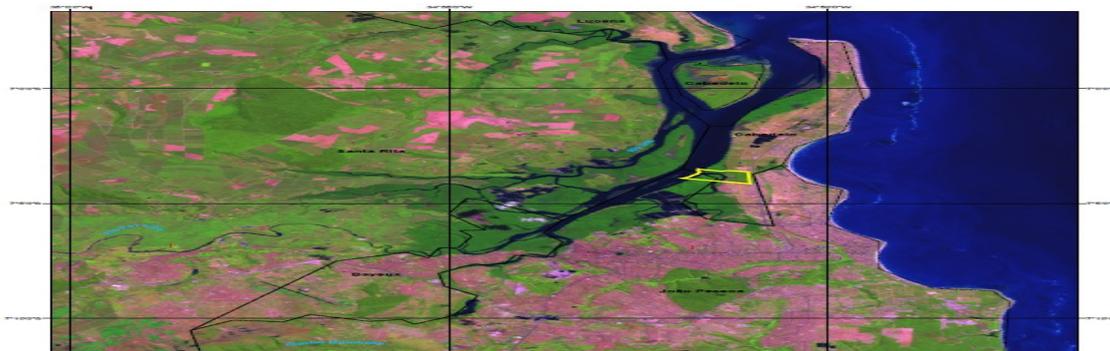


Figura 1: Mapa mostrando a localização da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo. Fonte: Google Earth, 2013.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente artigo advém de projeto de pesquisa PIBITI do IFPB (Instituto Federal da Paraíba) Câmpus João Pessoa. Adotou a revisão de literatura e o estudo de caso como percurso metodológico. Caracteriza-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, exploratória e descritiva. Buscou-se, portanto, mapear a área de estudo e o entorno; identificar os atores sociais institucionais interessados à pesquisa; adequar formulários e TCLEs aos identificados; observar suas rotinas; realizar a aplicação do instrumento de entrevista e traçar o perfil socioeconômico dos envolvidos. Em sua abordagem correlaciona as variáveis do perfil socioeconômico com a percepção ambiental e esta com a melhoria do processo de gestão da UC

A amostragem foi por acessibilidade e não probabilística. Contou com a participação de 48 atores sociais institucionais, ou seja, indivíduos que figuram presença através de trabalho, pesquisa e extensão dentro da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo. As variáveis consideradas nesta etapa do estudo foram: gênero sexual, idade cronológica, nível de escolaridade e renda familiar, todas consideradas categorias da dimensão *Estado*, uma metodologia de análise adotada neste estudo e adaptada de Silva et. al. (2009).

Os dados obtidos estão sendo processados através de tratamento estatístico descritivo/dedutivo e pela Análise de Conteúdo (AC) por interpretação categorial. À luz de Bardin (1979) a AC abrange um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro questionamento trata da variável, *gênero sexual* dos atores, conforme ilustra a figura 2, a seguir.

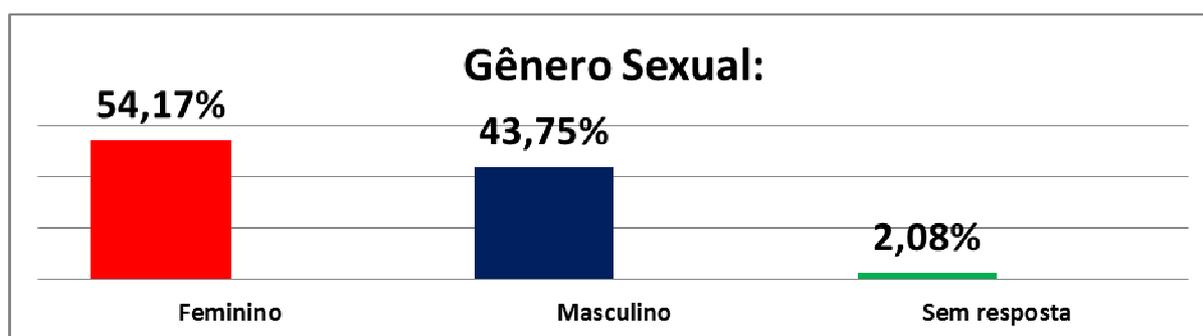


Figura 2: Gênero sexual dos atores sociais Institucionais.

Seguindo uma tendência nacional a amostra pertencente ao sexo feminino prevalece, com mais de 50% pertence ao sexo feminino, já que dos 198.360.943 milhões de pessoas no Brasil, 100.805.716 são mulheres (IBGE, 2010).

Em relação à variável, *idade cronológica*, há a predominância de atores entre 31 a 45 anos. Não há registro de atores com mais de 65 anos, conforme disposto na figura 3 que se segue.

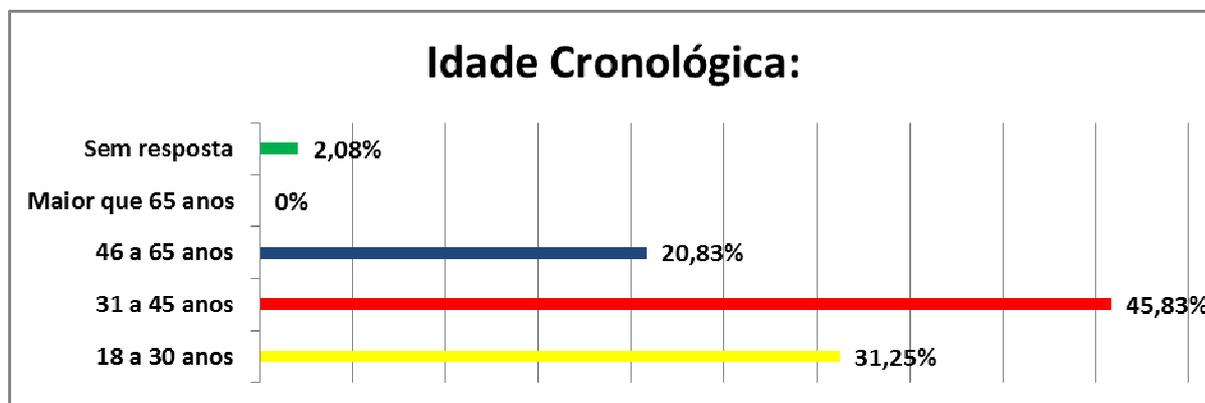


Figura 3: Idade cronológica dos atores sociais institucionais.

Apesar de possuir uma quantidade significativa de atores entre 18 a 30 anos, 66,66% da representação tem 31 a 65.

Em relação à variável, *nível de escolaridade*, dos atores institucionais é elevado, cerca de 70% possuem pelo menos o nível superior completo conforme revela a figura 4 apresentada na sequência.

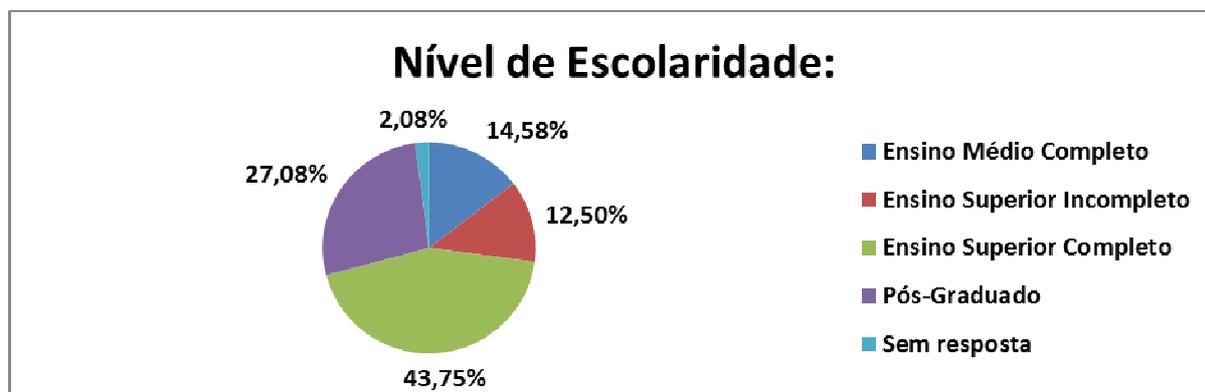


Figura 4: Nível de escolaridade dos atores sociais institucionais.

Níveis tão positivos surpreendem, pois no Brasil apenas 7,9% da população tem a graduação completa (IBGE, 2010).

A figura 5 que se segue ilustra a variável, *Renda familiar mensal*. Revela que nenhum dos atores institucionais possui rendimento menor que o salário mínimo.

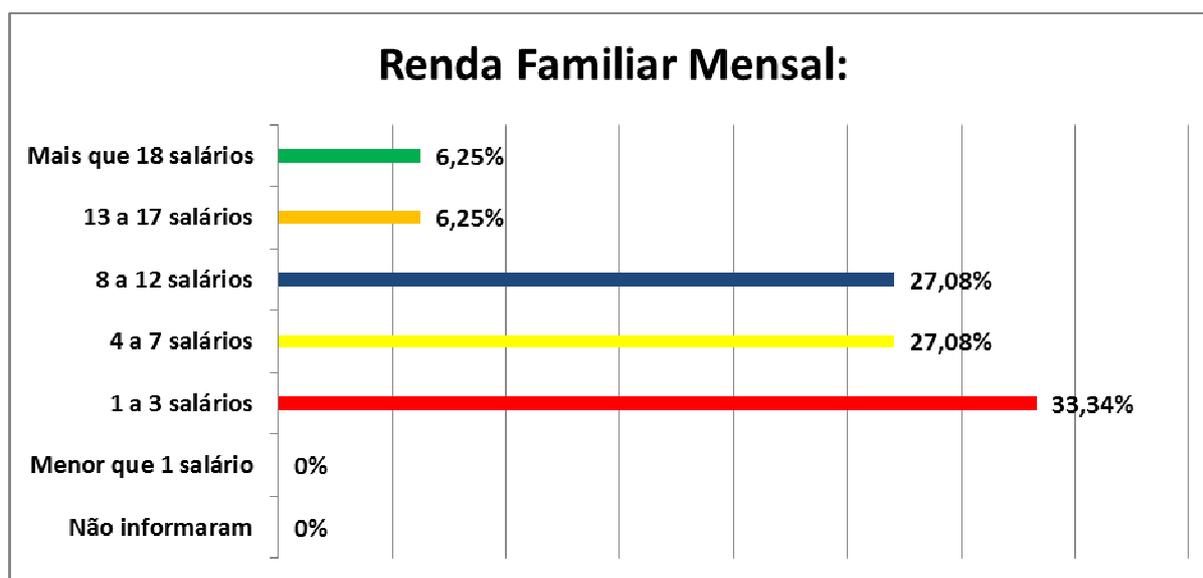


Figura 5: Renda familiar mensal dos atores sociais institucionais.

Pode-se observar que 33,34% apresentam entre 1 e 3 salários mínimos como renda familiar e a média de pessoas na família brasileira é de 3,1 por residência (IBGE, 2010).

Tratando-se da variável, *Quadro de profissões*, 18,75% afirma a profissão de biólogos, algo esperado em função do espaço em que se encontram – uma UC, conforme ilustra a figura 6.

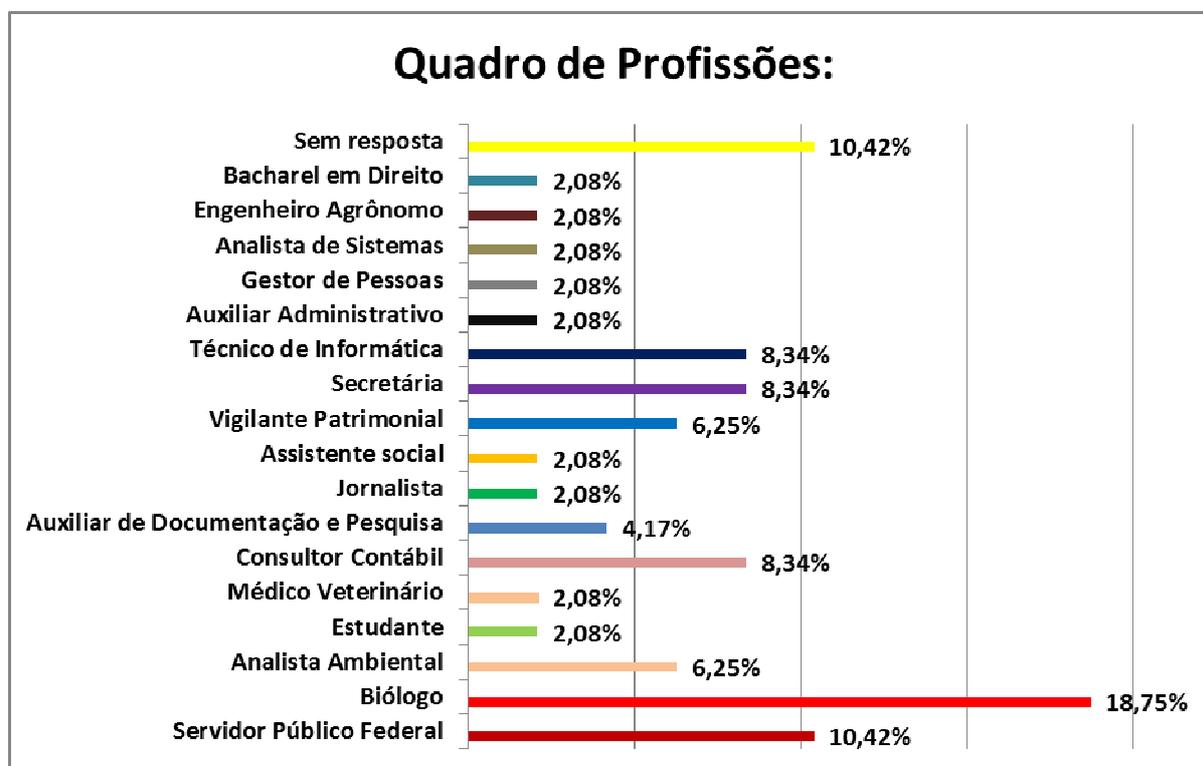


Figura 6: Quadro de profissões dos atores sociais institucionais.

Apesar da grande presença de biólogos, pode-se observar que esta variável não foi clara para alguns atores, visto que parte amostral, 10,42%, expressou a dúvida respondendo “Servidor Público Federal” e marginalizando a resposta, obtendo-se, neste percentual, o resultado, “Sem resposta”.

CONCLUSÃO

O estudo de percepção ambiental foi capaz de gerar o perfil socioeconômico dos atores sociais institucionais mostrando uma predominância da presença de mulheres, de uma faixa de idade cronológica adulta, uma escolaridade de nível superior, de uma renda entre 1 a 3 salários mínimos e a predominância de biólogos. Isto revela a heterogeneidade do perfil dos profissionais que fazem parte do cotidiano da UC.

Revela também que este fato deve requer da equipe gestora, a inclusão de mecanismos que propiciem o estreitamento das relações entre os diversos setores institucionais, e, sobretudo em relação à valorização dos diversos olhares e papéis que esta comunidade exerce.

Mesmo sendo uma UC, que demandas têm sido projetadas para que predominem de forma relevante a presença de biólogos? O contexto atual suscita profissionais de atuação mais multidisciplinar? Considerando que a UC é um sistema socioecológico, a concepção territorial passa a assumir e cobrar neste novo momento, um processo gestorário coadunado com a complexidade requerida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm.
2. BRASIL. CENSO 2010, IBGE.
3. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.
4. CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: 2004.
5. COELHO, A. J. A Importância do Desenvolvimento Sustentável, 2000.
Disponível em: <http://www.idcb.org.br/documento/artigos2301/aimportancia.doc>.
6. CORSON, W. H. Manual Global de ecologia – o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. São Paulo, August, 1993.
7. FERREIRA, Carolina Peixoto. Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Dissertação de mestrado. USP. 2005.
8. SILVA, T. S; CÂNDIDO, G. A; FREIRE, E. M. X. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da Caatinga nordestina por populações do seu entorno. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 21 (2): 23-37, ago. 2009.
9. SOULÉ, M. E. Mente na biosfera; mente da biosfera. IN: WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997.
10. SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 54p.
11. UNESCO. Relatório final do painel de especialistas sobre o Projeto 13: A percepção da qualidade ambiental no Programa Man and Biosphere – MAB. Paris, 1973.